



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ATA N.º 01/2013

- 1 -  
Ante a presença de  
[Handwritten signatures]

-----Ata da reunião ordinária realizada aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze. -----

-----Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e treze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascenção Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga.-----

-----Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

1. **Aprovação da ata da reunião anterior.**
2. **Período Antes da Ordem do Dia.**
3. **Ordem do Dia**
  - 3.1. **Deliberação sobre o pedido, formulado pela Turimanteigas – Soc. Imobiliária e Turística, Lda., em 18 de dezembro de 2012, para análise da atualização da renda relativa ao restaurante Sabores Altaneiros.**
  - 3.2. **Aprovação das alterações à Norma de Controlo Interno.**

#### 4. **Conhecimento dos atos praticados por delegação de competências.**

##### **Aprovação da ata da reunião anterior.**-----

-----Achada conforme, a ata da reunião anterior foi aprovada, por unanimidade, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de o seu texto ter sido, previamente, distribuído. -----

##### **Período Antes da Ordem do Dia.**-----

-----O Senhor Presidente referiu, relativamente à Moção de Solidariedade para com a Associação Nacional de Farmácias, de que falou na reunião de Câmara anterior, cuja cópia os Senhores Vereadores possuem, que tem em vista acautelar o fornecimento de medicamentos à população do Concelho de Manteigas. As questões que têm a ver com a Associação Nacional de Farmácias, são conhecidas de todos e, incidem essencialmente, sobre o funcionamento das farmácias. Há questões relacionadas com a sua situação económica, sobre as quais a Câmara Municipal não tem de se pronunciar todavia, tudo isto poderá levar a uma situação de prejuízo para com a população, se o setor farmacêutico tiver problemas, ao não conseguir sustentabilidade, ao não conseguir subsistir às medidas que, neste momento, estão a ser



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

implementadas. Haverá, certamente, rutura no fornecimento dos medicamentos à população e, também, na procura dos medicamentos junto das farmácias, o que será extremamente prejudicial para os munícipes. -----

Continuou dizendo que se tem assistido ao encerramento de farmácias um pouco por todo o País e, são notícia, os aspetos litigiosos entre o setor das farmácias e os próprios fornecedores. Se as farmácias de Manteigas encerrarem (o que muito preocupa a Câmara Municipal) certamente, não abrirão mais farmácias em Manteigas, tendo em conta a legislação que é bastante restritiva; significa que, se não houver recurso a medicamentos em Manteigas, os munícipes terão que se deslocar para fora do território do Município, a fim de os adquirirem. -----

Prosseguiu dizendo que a moção que apresenta não é específica às questões intrínsecas dos mercado das farmacêuticas e, dos problemas que cada farmácia vive, em particular. É, no seu conjunto, uma Moção de Solidariedade para com o setor farmacêutico, no sentido de continuar a assegurar o fornecimento dos medicamentos, para que não aconteça essa rutura e, por conseguinte, o prejuízo da população. -----

De seguida, leu a Moção que a seguir se transcreve: -----

### ***"Moção de Solidariedade para com a Associação Nacional de Farmácias***

*Considerando:*

*As dificuldades de sobrevivência do setor farmacêutico devido às deficientes políticas definidas pelo governo apenas com objetivos de poupança com o Serviço Nacional de Saúde, sem qualquer preocupação com a sustentabilidade mínima do setor.*

*As farmácias já encerradas e o elevado número de farmácias em relacionamento litigioso com os seus fornecedores devido à falta de medidas que garantam a sua sustentabilidade.*

*Que esse relacionamento contribui para a redução de stocks e deficiente fornecimento às populações.*

*A rotura no acesso da população aos medicamentos que já se verifica e com tendência a aumentar.*

*Que as Farmácias são indispensáveis na relação do Serviço Nacional de Saúde com os doentes e que o seu encerramento põe em causa a saúde da população.*

*O Executivo da Câmara Municipal de Manteigas, manifesta total solidariedade para com a Associação Nacional de Farmácias e seus associados em todas as suas reivindicações*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

3-  
António  
J.M.  
A

tendentes a evitar o colapso do setor farmacêutico, a garantir a sua sustentabilidade e o acesso da população aos medicamentos.

*Manteigas, 9 de janeiro de 2013*

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que se abstinha de votar, porque não concorda com alguns considerandos e não conhece suficientemente bem o setor das farmácias para se pronunciar.-----

-----O Senhor Presidente referiu que da moção, deveria ser dado conhecimento a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, o Senhor Ministro da Saúde e os deputados pelo Círculo Eleitoral da Guarda.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que iria falar de uma questão de carácter genérico e social: de acordo com a última ata, que foi aprovada hoje, o Senhor Presidente informou que existe um conjunto de famílias em Manteigas, que não tem qualquer suporte financeiro, que lhe seria inerente no Estado Social que todos defendem: a Segurança Social. Isso vem na sequência de haver distribuições efetuadas através da Câmara Municipal, relativamente a bens alimentares que conterrâneos, de boa vontade, disponibilizaram. Em consequência, continuou questionando sobre se não existe, no Concelho de Manteigas, uma representante da Segurança Social, que faz o acompanhamento de situações de emergência social, designadamente para o RSI e porventura noutras situações críticas. Tendo a Câmara Municipal um Gabinete de Ação Social, pensa que de alguma maneira, é necessário e urgente, o levantamento dessas situações, até à exaustão, em ordem a que no mínimo, haja uma intervenção direta do Estado, na medida em que o Estado tem obrigações que assumiu e que estão assumidas em parte, em ordem a que toda a gente tenha direito a um auxílio, desde que não tenha qualquer tipo de proteção social. Se estas situações existem, devem ser apuradas e, é necessário e urgente que, conjuntamente com a segurança social, se faça o levantamento das situações e se formalize e objetive as circunstâncias de carência absoluta e se, posteriormente, a Câmara tiver de tomar alguma atitude e seja necessário intervir, designadamente através de um regulamento de apoio (como já existe), se tiver de alargar essas circunstâncias e apoios que, efetivamente, o faça.-----

Prosseguiu dizendo que sabe que o Senhor Presidente pessoalmente efetuou a distribuição, porque lhe foi dito que também distribuiu em Sameiro, o que achou positivo. Todavia, o modo como foi feito é que já não achou tão bem. Entende que se existem instituições, que devem estar ao serviço da comunidade, a Segurança Social é uma delas e faz distribuições através da Santa Casa da Misericórdia e, portanto, é preciso encontrar uma solução que obvie às carências lamentáveis, sem intervenção direta do Presidente da Câmara.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que, na última sessão da Assembleia em que se fez referência ao Plano Diretor Municipal, o Senhor Presidente referiu que havia pessoas que, de alguma maneira já estavam a fazer comentários e até pressões, no sentido de que determinadas situações fossem regularizadas. A única pessoa que falou sobre a matéria e sobre pressões foi ele, José Manuel Biscaia, a pessoa que, provavelmente, o Senhor Presidente queria visar na Assembleia Municipal. -----

Prosseguiu dizendo que tem a certeza absoluta de que era ele o visado e, entende que “quem o seu não vê, o Diabo o leva” e, seria uma atitude de imprudência da sua parte, se não o fizesse. Além do mais, representa o Município de Manteigas, enquanto Vereador, e entende que há matérias que não podem passar ao lado no PDM, quando se pensa no desenvolvimento do Concelho. E, quando se fala em determinadas áreas do Concelho, que são viradas especialmente para o turismo, como seja todo o circuito que se estabelece entre Sameiro e a Relva da Reboleira, parece-lhe que, deixar perder essa oportunidade, em ordem a que se faça ali uma linha de ligação entre Sameiro e a Relva da Reboleira, é desperdiçar uma oportunidade e, não se terá outra tão cedo. Portanto, entende que devem, todos, fazer a maior força, no sentido de que as coisas sejam tratadas a bem da comunidade e, também, das pessoas que, efetivamente, possam sentir-se de alguma maneira prejudicadas ou não beneficiadas. -----

Continuou dizendo que não o fez com tanto afinco, nem pressão, pois nem sequer é exigente quanto aos seus direitos (o Senhor Presidente sabe-o), tem o compromisso da Câmara Municipal, que sabe que vai ser respeitado porque, já há mais de um ano, que terrenos seus foram ocupados, transitoriamente e nunca fez pressão relativamente à reposição dos terrenos. Portanto, sobre isso, até pensa que é uma pessoa isenta, não deixando, de alguma maneira de chamar a si, o que é da sua responsabilidade. Se era a isso que o Senhor Presidente se queria referir na Assembleia Municipal, afirma-o aqui, legitimamente, que tem defendido o que lhe parece ser o melhor para o território, esse tipo de posições que, por acaso, o podem também envolver como proprietário. Não tem culpa de ser proprietário e, antes pelo contrário, até tem gosto de o ser e, se defende os seus bens, cumpre o seu dever e a sua circunstância, pensando que é a melhor para o Concelho. -----

Prosseguiu dizendo que lhe chegaram alguns pedidos de esclarecimentos relativamente à recolha de resíduos sólidos e de tratamento de efluentes, designadamente relativos à Casa das Penhas Douradas e à Pousada de São Lourenço. Na medida em que, não havendo consumo de água (por de alguma maneira, os munícipes terem água própria, que não passa no contador) pergunta: como é que se procede relativamente aos resíduos sólidos e sua recolha? Será concebida alguma taxa específica para as situações? Se a taxa será prevista, uma vez que existe contabilidade de custos e esta deverá ser estabelecida, em conformidade?-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 5 -  
António  
J.M.  
J.

Continuou dizendo que, também foi informado que estiveram no Concelho, no fim de semana anterior à reunião, um conjunto de jipes e, que teria havido a oferta de um almoço no Centro Cultural e Recreativo de Santa Maria; perguntaram-lhe se teria sido a Câmara Municipal a fazer o apoio relativamente a essa refeição ou, se teria sido de outra maneira? -----

Prosseguiu solicitando que, no final da reunião, lhe fosse fornecido o mapa de controlo orçamental da receita e da despesa, reportado à data de 31 de dezembro de 2012. -----

Também referiu, no seguimento da conversa anterior que, o parecer do auditor externo não lhe foi presente, chegou-lhe sim, um processo assinado pelo Senhor Presidente da Câmara que informou e, disse-o também na Assembleia, que depois seria entregue o parecer do auditor externo relativamente ao primeiro semestre. Por conseguinte, solicitava que lhe fosse entregue o referido relatório.-----

Prosseguiu pedindo que, ainda durante a reunião lhe fosse presente a informação sobre qual é a dívida efetiva, se é que é dívida ou, não é dívida e é saldo negativo, relativamente à dívida às Águas do Zêzere e Coa. -----

De seguida, solicitou que passe a fazer parte dos documentos presentes às reuniões de Câmara Municipal (porque eles são enviados às entidades competentes, até ao dia dez do mês seguinte a que reportam) os saldos dos fundos disponíveis.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que, na penúltima reunião de Câmara, consta na ata, tendo-se apercebido a posteriori, na página 468, onde está escrito "...O Senhor Coordenador do serviço de Contabilidade, presente para prestar os esclarecimentos necessários, informou que o Decreto-Lei nº 22/2002..." deve ler-se "...O Senhor Coordenador do serviço de Contabilidade, presente para prestar os esclarecimentos necessários, informou que o Decreto-Lei nº 26/2002...".-----

Prosseguiu dizendo que, relativamente à certificação da cartografia, o Senhor Presidente prometeu desenvolver as diligências necessárias para apurar o que sucedeu. Por conseguinte, solicitou se já teria alguma informação sobre esta matéria para prestar.-----

Referiu que, quando foi discutido o PDM, era sua preocupação e, depois, passou um pouco ao lado da discussão, o aproveitamento das zonas ribeirinhas. Refere-se, especifica e particularmente, a toda a zona junto ao rio que vai, desde a fábrica do rio, até São Gabriel, porque entende que terá de haver uma forma de fazer a ligação entre aqueles dois pólos de atração e de recreio, por via pedonal e por via de bicicletas, na margem de cá.-----

-----O Senhor Presidente referiu que relativamente à questão das famílias carenciadas, já foi referido em reuniões anteriores, existe um conhecimento empírico e é extremamente difícil chegar ao conhecimento perfeito do que está a acontecer não só em Manteigas mas também no País inteiro. É uma questão que o preocupa muito e já a colocou à Segurança Social, porque a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Câmara Municipal, sozinha, não tem a possibilidade de chegar à realidade completa, pois não detém dados que os cidadãos têm, por obrigação, de entregar às Finanças e à Segurança Social. -----

Continuou dizendo que colocou esta questão ao Senhor Diretor da Segurança Social, estando presentes os representantes das plataformas supraconcelhias da Beira Interior Norte e da Serra da Estrela e pensa que toda a gente concordou que era necessário efetuar um estudo aprofundado. A Câmara não pode fazer esse estudo sozinha, daí que muitas vezes tem de ficar pelo conhecimento empírico. Reconhece que, havendo uma técnica que visita, semanalmente, o Concelho e tendo a Câmara um proximidade muito grande com os municípios, tendo em conta a dimensão do Concelho, há a possibilidade de se conhecer melhor a respetiva realidade social. Também é de opinião de que o diagnóstico social já deveria ter sido revisto, e que daqui ter-se-á que partir para um plano de intervenção social e depois, para um plano de ação.-----

Continuou dizendo que sabe que existem famílias que não têm sustento porque, por vezes, lhe apresentam as questões. A Câmara Municipal não pode ir à casa das pessoas, pelo menos, de uma forma frontal e há, porventura, alguma relutância por parte das pessoas em expor a sua realidade; todavia, quando estão preocupadas, quando têm contas a pagar, questões para ultrapassar, vêm revelar quais os seus rendimentos e muitas delas não os têm, ou porque desempenharam atividades por conta própria e não têm direito ao subsídio de desemprego, não estão reformados, ou porque falhou alguma coisa no processo do Rendimento Social de Inserção. Portanto, o Senhor Vereador Biscaia corroborou o que ele, Presidente da Câmara, já tinha dito noutras reuniões.-----

Prosseguiu dizendo que, relativamente à Assembleia Municipal, o Senhor Vereador não é o único proprietário do Concelho, existem mais proprietários. Já recebeu, inclusive, várias pessoas preocupadas com os seus terrenos e algumas, sem a mínima hipótese de serem contempladas, porque estão situadas em zonas que não têm qualquer tipo de apetência, nem trazem qualquer vantagem ao Concelho, se forem envolvidas como "Zona Urbana" ou de "Equipamento" ou outro qualquer, no âmbito do Plano Diretor Municipal. Não estava a falar em ninguém em particular. Continuou dizendo que, inclusivamente, há questões que ficaram pendentes, que o são desde há muitos anos e, que é necessário regularizar. Algumas delas, até com obras iniciadas e outras, onde se pretendia construir (porque a margem de acerto do PDM tem uma determinada medida, crê que serão dez metros para além da linha que define a Zona Urbana). Houve famílias que pretenderam construir e não conseguiram, porque estavam próximas da Zona Urbana mas, para além da zona da área de ajustamento. Existem situações dessas que têm vindo a ser colocadas e tem informado as pessoas, que há sempre a possibilidade de, em sede de discussão pública, colocarem os seus problemas; a equipa técnica, depois, analisá-las-á, fora de qualquer reunião



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 7 -  
António  
Jul.  
A

que tenha que haver para a sua discussão com alguns setores específicos ou, em particular, porque tudo o que tem a ver com diversos setores apresentados na Comissão de Acompanhamento do PDM, é tratado em reuniões sectoriais e, as questões estão já, devidamente, parametrizadas. -----

Continuou informando que, no dia 18 de janeiro de 2013, vai ser realizada mais uma reunião da Comissão de Acompanhamento do PDM, em Coimbra, promovida pela CCDRC. Não será a última mas poderá ser, porventura, a penúltima reunião da Comissão de Acompanhamento. -----

No que diz respeito à recolha de resíduos e tratamento de efluentes da Pousada de São Lourenço e da Casa das Penhas Douradas, o que foi tratado pelo Senhor Vereador, foi no sentido de verificar os valores de recolha, para além das próprias responsabilidades da Câmara; a recolha dos resíduos nas zonas urbanas. A Pousada está fora da zona urbana todavia, curiosamente, as Penhas Douradas estão numa zona considerada urbana. Pelo menos, o Parque Natural da Serra da Estrela assim o considera, também. A Câmara tem alguma relutância em efetuar a recolha dos resíduos a uns e, não a efetuar a outros mas, foi apresentado um orçamento, para a recolha, a cada uma destas entidades. De qualquer forma, a Câmara não está a deixar avolumar os resíduos sólidos urbanos. Não foram deixados avolumar no verão, não se vão deixar avolumar agora. Contudo, a Câmara Municipal não pode estar a suportar custos que não são da sua responsabilidade. De seguida, evocou o que sucedeu no Covão D'Ametade e no Covão da Ponte, com os resíduos sólidos, em que a Câmara entendeu que não eram para serem retirados pela Câmara Municipal, porque não eram urbanos. Havia duas entidades que os deveriam retirar: quem gere o Plano de Ordenamento do PNSE por um lado e, por outro lado, os próprios donos dos terrenos, porque têm responsabilidades de gestão a todos os níveis e, em última instância, os operadores económicos que ali têm proveito com o desenvolvimento das suas atividades. Foi resolvido o problema do Covão da Ponte, porque foi efetuada uma troca de serviços. A Câmara retira os resíduos sólidos, de acordo com um calendário definido e, a Junta e Freguesia de Santa Maria colabora com a limpeza dos percursos pedonais. Pensa que se poderá resolver, também, a questão do Covão D'Ametade se houver entendimento com o Conselho Diretivo dos Baldios ou, com a Junta de Freguesia de São Pedro, na mesma ordem do que foi feito com o Covão da Ponte. -----

Quanto à questão de, quem não tem água ao domicílio, ter de pagar os resíduos sólidos, está a ser tratada. Um funcionário alertou-o para esta situação, há algum tempo, pois tem conhecimento de que há pessoas que consomem água nos seus domicílios, que não está ligada à rede pública e que produzem resíduos e, como não têm fatura de água, não pagam a taxa dos resíduos sólidos. Deu instruções a fim de que se faça um levantamento no setor do fornecimento de água, porque não serão muitos casos; no entanto, as pessoas, desde que tenham água,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

devem ligar as suas habitações à rede de fornecimento de água domiciliária e, deverão fazê-lo, até por razões de saúde. Desconhece em que ponto está o levantamento, mas poderá prestar, mais tarde, esta informação.-----

No que toca aos jipes que visitaram o Concelho de Manteigas, a Câmara Municipal não assumiu custos nenhuns. Apenas, logisticamente, ajudou (em termos de intervenção junto do Centro Recreativo e Cultural de Santa Maria) à cedência das instalações e, de recursos logísticos com duas funcionárias que estiveram naquele local, a servir refeições e, assumiu custos com a atribuição de pequenos sacos com lembranças (material da Câmara). Portanto, a refeição não tem nada a ver com a Câmara Municipal. Esta, apenas serviu como intermediária para assegurar a logística e não, para suportar despesas de refeição.-----

Prosseguiu solicitando à Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral que, no final da reunião, providencie junto do Senhor Coordenador da Contabilidade, o Mapa de Controlo Orçamental e o entregue aos Senhores Vereadores.-----

Quanto ao parecer do auditor externo, tem cópia do parecer que remeteu ao Senhor Vereador. É só a questão de a remeter sem estar assinada por ele.-----

No que toca à dívida efetiva da Águas do Zêzere e Coa (AZC), solicitou que o Senhor Vereador conceda um prazo de três dias para a apresentação da informação, porque existe dívida que está contestada e outra, que não o está. Portanto, existe dívida que, neste momento, não está reconhecida como dívida. Continuou dizendo que também houve uma reunião, na véspera, com a Águas de Portugal e, no dia vinte e oito, haverá outra com a AZC. No dia vinte e um de dezembro de 2012, houve uma reunião com a Senhora Ministra (em que não esteve presente), no entanto, estavam presentes alguns Presidentes de Câmara que colocaram a questão à Senhora Ministra e, o processo nem avançou, nem atrasou, no que diz respeito ao reconhecimento da dívida, ou seja, ao reconhecimento de um acordo que foi feito entre a AZC, a Águas de Portugal e as Câmaras Municipais, no que diz respeito às tarifas que, neste momento, estão a ser aplicadas.-----

Continuou dizendo que, na véspera, reuniu a Assembleia Geral da Associação de Municípios da Cova da Beira e, por via telefónica souberam, através dos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Belmonte e Gouveia (que tinham saído da reunião com a Águas de Portugal), o que se tinha passado. Carece de confirmação escrita e de uma reunião que se irá realizar. Prosseguiu dizendo que terá sido definido que a Águas de Portugal irão emitir um parecer jurídico, para justificar o acordo que foi celebrado, no ano transato, no que diz respeito à faturação de 2011.-----

Continuou dizendo que, no prazo de três dias, se procederá ao envio da relação da dívida e do que está a ser contestado em tribunal, pelo que não é dívida reconhecida e, depois, também dos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

9  
António  
J.M.  
Ch

débitos que a Câmara tem feito, e faz à AZC, pelo consumo da água da Fonte Paulo Luís Martins. -----

Proseguiu solicitando à Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral que providencie junto do Senhor Coordenador da Contabilidade, para que os mapas dos fundos disponíveis sejam apresentados aos Senhores Vereadores, de acordo com o que é remetido para a Direção Geral de Administração Local (DGAL). -----

No que diz respeito à certificação da cartografia, esclareceu que a figura do inquérito administrativo ao processo não existe e, que a figura legal é o inquérito disciplinar ao processo e, conseqüentemente, fez um despacho para que o assunto seja remetido ao gabinete jurídico. ----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que, o Senhor Presidente fez referência a esta questão na Assembleia Municipal e, o que foi solicitado, foi que o assunto fosse averiguado até às últimas conseqüências e se apure quem é que lesou os interesses do Município. -----

-----O Senhor Presidente adiantou que, na sequência do contacto que fez com o Instituto Geográfico Português (IGP), não entrou nenhum pedido de homologação do trabalho que fez a empresa Socarto.-----

Continuou dizendo que, relativamente ao PDM e ao aproveitamento da zona ribeirinha, concordou com o Senhor Vereador Cardoso e, já o afirmou publicamente; o arranjo do jardim do Pego e o arranjo da zona da Várzea, que é um projeto que está candidatado e que já vem na relação de todos os projetos com financiamento do QREN não como estando aprovado, mas como financiamento definido na própria relação da CCDRC. A Câmara deve estar a receber, dentro de poucos dias, a notificação de aprovação da candidatura, até porque tem despesa feita, já está inclusivamente paga à Tecnovia, pela demolição das antigas instalações da ETAR e, aquilo que se pretende, é a aproximação da Vila ao rio porque há mais vida e mais dinâmica, quando as comunidades se aproximam das linhas de água e, Manteigas tem de tirar mais proveito do rio. Já afirmou, que é intenção da Câmara Municipal ligar um ponto ao outro do rio, uma ponte à outra, com percurso pedonal, com alguma dinâmica.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso salientou que, sendo aqui uma parte reserva ecológica e reserva agrícola, se não for salvaguardado no PDM depois, será mais difícil.

-----O Senhor Presidente referiu que, mesmo os projetos públicos, podem não ter parecer favorável junto das entidades. A Câmara está a tentar acautelar essa zona. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que se toda a gente faz zonas dessas junto ao mar, com conseqüências imprevisíveis, mais fácil será, junto de um curso de água, da dimensão do rio Zêzere.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que, relativamente aos jipes, existe uma dualidade de critérios, uma vez que o Senhor Presidente afirmou que a Câmara teve duas pessoas a fazer a logística. Quando há eventos com jipes "Todo Terreno" de entidades do Concelho e quando ocorrem outras manifestações, designadamente montarias de caça, verifica que o Presidente da Câmara manda debitar a logística para estas manifestações, como por exemplo, manda pagar os motoristas e os carros que se deslocam para o efeito. Afinal, uns pagam outros recebem.-----

----- O Senhor Presidente referiu que, o que o Senhor Vereador estava a dizer, não correspondia à verdade. Entende que, quando se fica só pelo que se diz, formam-se ideias erradas. De seguida, esclareceu que, solicita sempre que não haja o pagamento de horas extraordinárias porque, por exemplo para recolha das lenhas para o madeiro do Natal, por que razão há de ser feito no fim de semana e não há de ser feito durante a semana? Por que razão tem de ser feito ao fim de semana com, naturalmente, obrigatoriedade de pagamento das horas ao pessoal que trabalha ao fim de semana? Se há diretores de associações, que têm de estar nas atividades durante o dia e, são motoristas da Câmara, porque é que não hão de utilizar a viatura sem debitar horas extraordinárias à Câmara Municipal? Porque é que a instituição que integra funcionários da Câmara, que na qualidade de dirigentes vão estar presentes nas atividades, não hão de fazer o serviço gratuitamente? Porque é que hão de ganhar horas extraordinárias da Câmara? A questão é só esta. Nunca se debitaram horas extraordinárias a ninguém, nem combustíveis, nem o aluguer das viaturas.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que não foi isso que lhe foi dito por duas associações do Concelho e, foi a propósito de uma ou duas montarias em que a Câmara teria apresentado uma fatura no valor de setecentos euros. Afinal, a que corresponde a fatura?-----

----- O Senhor Presidente esclareceu que a Câmara não cobrou nada. O que foi feito, há uns tempos atrás, foi verificar quais os serviços prestados a todas as instituições, com os transportes da Câmara, contabilizá-los e, remetê-los às instituições. Não se cobrou. Foi para que as associações tenham consciência do que a Câmara gastou com os apoios que concedeu, para além do subsídio normal.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, a propósito das zonas ribeirinhas do PDM, tem-se dado pouca atenção, pelos vistos, a algo que se considerou, durante muitos anos, importantíssima, do seu ponto de vista e, até em termos de arqueologia industrial: São Gabriel.-----

----- O Senhor Presidente salientou que São Gabriel é considerado área industrial.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 11 -

António José  
José  
António

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia prosseguiu dizendo que, São Gabriel é um aglomerado. Do seu ponto de vista, tem de ser um aglomerado onde havia igreja, escola e dezenas de famílias a residir. Deverá ser considerado no PDM como aglomerado. Seria altura de considerar em São Gabriel duas circunstâncias: zona industrial (arqueologia industrial); zona urbana ou urbanizável na área onde havia vinhas, oliveiras até ao antigo campo de futebol, a montante da berma da E.N. 232. Abria-se assim uma hipótese de negociar com a firma, a aquisição ou cedência da área industrial em degradação. Nesse aglomerado, chegaram a viver cerca de cem pessoas, ou seja, viveu lá mais gente do que no Cabeçinho. -----

Prosseguiu dizendo que São Gabriel é uma área industrial, mas gostaria, também, que tivesse a parte da habitação, que está lá. Ainda há pessoas que têm lá a sua residência. -----

-----O Senhor Presidente clarificou que, na zona industrial, pode haver residências. O contrário é que não pode acontecer. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia continuou dizendo que não se deve perder de vista algo que ali está, em termos da história industrial e, sobre o qual, se deve refletir. A Câmara Municipal não tem dinheiro para adquirir, mas pode criar condições para negociar. -----  
Continuou dizendo que aconselha que se avalie a situação e se comunique aos proprietários, que se poderá defender esta tese e que, se questione sobre qual a contrapartida que o Concelho pode ter. -----

-----O Senhor Presidente referiu que essa questão foi estudada. Foi recuperada a análise da situação e não foi possível, na altura. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia continuou dizendo que a área de São Gabriel está urbanizada e a zona tem todos os quesitos; água, esgotos, eletricidade e, tem lá inclusive, uma mini-hídrica. Seria mais uma possibilidade e, como a Câmara está motivada para as hídricas (não quer dizer que as faça todas, ou que as vá fazer já), haveria a hipótese de provocar alguma negociação. Entende que nada é fácil se não for tentado e, que a área objeto desta reflexão começa à rotunda e irá até ao antigo campo de futebol, onde já há duas ou três casas. Prosseguiu dizendo que se deve tentar demarcar uma faixa para urbanizar, que não tem de ser muito grande, mas que parece que será legítima e benéfica para o Concelho. Este repto parece-lhe importantíssimo e se, se pretende fazer uma ligação pedonal e uma via para as bicicletas junto ao rio, São Gabriel é um ponto a considerar. -----

Finalizou deixando esta nota, como sendo mais uma força a fazer. Sabe que é difícil porque se está a lidar com tecnocratas, extremamente pesados e pouco maleáveis. Contudo, se não fôr feita força, a Câmara fica entregue à burocracia plena e o PDM não trará nada de novo e muito útil. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que, na reunião de Câmara em que foi tratada a atribuição dos subsídios, o Senhor Vice-Presidente prometeu reagendar o subsídio do ano de 2011, à Associação Manteigas Solidária e, até ao momento, ainda não foi feito. -----

----- O Senhor Vice-Presidente respondeu que o apresentaria na próxima reunião. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que o diagnóstico social, se calhar, já deveria estar pronto. Acha que as situações de pessoas carenciadas, que já foram refletidas e que, o Senhor Presidente diz que são do conhecimento da Câmara e, porventura, também da Segurança Social, não vão aparecer neste diagnóstico. há de aparecer um conjunto de situações que o Diagnóstico Social vai evidenciar: que a taxa de mortalidade do Concelho vai aumentar, que a taxa de natalidade vai baixar, que a fertilidade vai baixar, que os índices de dependência de idosos vão aumentar, que as escolas deixarão de ser necessárias daqui a cerca de cinco a dez anos, que os lares de idosos e de apoio têm que aumentar, que há habitações a mais em Manteigas. É um conhecimento empírico que vai ser demonstrado no diagnóstico, através dos dados. Todavia, entende que os casos de carência absoluta e de pobreza, devem estar muito bem identificados. A seu ver, a Conferência de São Vicente Paulo deve conhecer muito bem os casos de alto risco, visto que anda de "porta em porta" e, se há pessoas que não têm reforma, por exemplo, têm que ser conhecidas e apoiadas. A Santa Casa da Misericórdia saberá, na medida em que distribui bens alimentares, a Segurança Social saberá e, o Senhor Presidente saberá porque é contactado pelas pessoas. Na sua opinião, entende que não se deve parar e que, formalmente, se comunique à Segurança Social que a Câmara Municipal tem conhecimento concreto de pessoas que estão ao nível da pobreza, que não têm qualquer apoio do Estado. A ser assim, pensa que a Câmara deve expôr por escrito, que existem casos concretos que não têm qualquer apoio do Estado e que, isso é criminoso, essencialmente, nos grupos etários mais avançados que têm que ter, pelo menos, uma pensão de sobrevivência. O diagnóstico social já deveria estar feito, não havia dados, mas agora já se possuem, quase, todos os dados e, haverá resultados objetivos. -----

Continuou dizendo que o Concelho tem uma pirâmide etária invertida e, ao contrário, em que as pessoas com mais de setenta e cinco anos, já ocupam quase 30%. Em consequência, dentro de dez anos, o Concelho não precisará de escolas, mas de lares, centros de dia e, se calhar apontar hipóteses, designadamente desenvolver-se, no Concelho, o turismo da 3ª idade. -----

Finalizou dizendo que, pensa que o diagnóstico social não vai entrar na minudência de enumerar as pessoas e os casais que não têm capacidade de subsistência. Essa é função das IPSS's e das autarquias. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 13 -

*António Fagundes*  
*João*  
*Ch*

-----O Senhor Presidente referiu que, para além das pessoas que não têm qualquer meio de subsistência, também existem aquelas que, embora tenham algum apoio, recebem um auxílio que se pode considerar miserável. Deu por exemplo, um casal a viver com uma quantia de 90€ de Rendimento Social de Inserção, a suportar os encargos financeiros da renda de casa, fornecimento de água, gás e energia elétrica, não tem qualquer possibilidade de sobrevivência e, sabe-se que é uma situação comum. Existem situações dessas em Manteigas, é dramático e, a Segurança Social tem conhecimento destes casos. Poderá é desconhecer as situações em que os agregados familiares não têm qualquer rendimento, porque não têm nenhuma relação com a instituição, neste momento. Entende que é lamentável que, as pessoas que têm formação nas áreas sociais, que trabalham todos os dias nestas instituições, fazendo levantamentos e o seu trabalho, não consigam afirmá-lo, demonstrando a necessidade das populações. Porque, geralmente, são as estruturas superiores que não são permeáveis a este tipo de conhecimento e a este tipo de informação, no sentido de resolver os problemas do País e, os problemas da população, designadamente a mais idosa. Colocou esta questão, na reunião que teve, convicto de que iria despertar as consciências de quem está ligado a este setor. Contudo, não viu qualquer tipo de resposta positiva no sentido de aprofundar o conhecimento junto da população e garantir-lhes o sustento. Não deixou esta questão apenas como um lamento, mas sim, como uma necessidade de se conhecer a realidade da população.-----

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que, relativamente ao diagnóstico social está-se a trabalhar com dados referentes ao final do ano de 2012. Desde a última reunião de Câmara, até à presente data, surgiram novos dados e, alguns com importância, que estão a ser estudados e trabalhados.-----

Continuou dizendo que o Concelho de Manteigas tem a pirâmide etária invertida. Contudo, este fenómeno está a acontecer em quase todos os concelhos do País. Aliás está a deixar de ser uma pirâmide, para ser um polígono.-----

Continuou dizendo que, este Governo e todos os anteriores, nunca se preocuparam com políticas de natalidade. São as câmaras municipais, incluindo a de Manteigas, que praticam esse apoio concedendo o subsídio de natalidade. É uma pequena ajuda, mas não deixa de o ser, pois sem incentivos, corre-se o risco de haver muito menos gente no mercado de trabalho a curto prazo. Como têm que ser pagas mais reformas e durante mais anos, tendo em conta o aumento da esperança média de vida, isto também se traduz nos dados obtidos. Assim será insustentável o sistema de segurança social. -----

Prosseguiu dizendo que o Senhor Presidente fez muito bem alertar na reunião com a Segurança Social, para as carências sentidas pelos munícipes e, tomou em devida nota o descrito, até para comunicar estes factos à Assistente Social que estará presente na próxima reunião do CLAS. ----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Continuou dizendo que, por ser um concelho pequeno, existem vantagens de proximidade e de contacto e, sabe do caso de alguém que tem estado a lutar pela sua sobrevivência, a viver de uma agricultura de subsistência e a esforçar-se, sem qualquer outro tipo de rendimento. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que se vive num País com um Estado que só quer saber dos rendimentos dos portugueses para cobrar impostos. O Estado dispensa as pessoas de apresentarem provas de rendimentos se forem inferiores à taxa de cobrança dos impostos. Se o Estado obrigasse toda a gente a apresentar os rendimentos, facilmente identificava as pessoas que padecem de necessidades.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia salientou que há situações em que as pessoas, para além de receberem as reformas nacionais, também recebem reformas do estrangeiro ou, evidenciam sinais exteriores de riqueza. São situações a considerar.-----

----- O Senhor Presidente referiu que há momentos que são extremamente difíceis para os júris que analisam os pedidos efetuados à Câmara, ao abrigo dos diversos regulamentos de apoio sociais e, a análise tem de ser estrita e objetiva à documentação apresentada no processo, porque tudo o que se efetuar, para além disso, é especulação. Todavia, observam-se, nalguns casos, sinais exteriores de riqueza que, depois, o júri começa a analisar. Contudo, pode ser especulação e, provavelmente, é por isso que a Câmara pode ter cometido, involuntariamente, algumas injustiças, porque a análise tem de ser objetiva. Infelizmente, tem acontecido em Manteigas (não está a referir ninguém em particular), assim como acontece em todo lado, gente que recorre a apoios sociais e que, à vista de toda a gente não necessitaria deles. Portanto a lei tem algumas lacunas. -----

----- O Senhor Vice-Presidente referiu que, tem uma proposta de regulamento para atribuição dos subsídios, cumprindo a lei e indicações recentes, que quer apresentar no primeiro trimestre deste ano em sessão de Câmara Municipal, para minimizar possíveis erros, mesmo tendo consciência de que será difícil atingir uma eficácia de 100%. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que os subsídios têm que ser comunicados para efeitos de IRS.-----

**Ordem do Dia-----**

**Deliberação sobre o pedido, formulado pela Turimanteigas – Soc. Imobiliária e Turística, Lda., em 18 de dezembro de 2012, para análise da atualização da renda relativa ao restaurante Sabores Altaneiros.-----**

----- Foi presente o pedido, formulado pela Turimanteigas – Soc. Imobiliária e Turística, Lda., em 18 de dezembro de 2012, para análise da atualização da renda relativa ao restaurante Sabores Altaneiros. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 15 -

*António*  
*António*  
*António*

-----O Senhor Presidente esclareceu que recebeu o requerente, o qual lhe solicitou que, para esta questão, fosse tida em conta a situação económico-financeira das empresas, as dificuldades que atravessam, a série de questões que pendem sobre o setor empresarial, nomeadamente sobre a restauração, a taxa de IVA turístico, o aumento dos combustíveis. Foi-lhe comunicado que seria difícil suportarem o ajustamento da renda, a partir de 01 de janeiro de 2013, imposta no contrato. Continuou dizendo que, informou o requerente que apresentaria o assunto a reunião de Câmara, sensibilizado para a questão, porque não duvida de que o setor da restauração está debilitado, neste momento, na região do Interior. Os restaurantes vivem, essencialmente, do turismo e tem havido algum incremento nalgumas épocas do ano, designadamente turistas nacionais (na época de outono, inverno e início da primavera); porém, neste momento, escasseia tendo em conta o aumento das portagens e toda a série de circunstâncias de tributação que pendem sobre estas áreas económicas e, também há as épocas baixas. Com todos estes fatores, não é fácil a sua sustentabilidade. -----

De seguida, propôs que, durante o ano de 2013, se mantenha o valor da renda de 2012, sem qualquer aumento e, depois, no final do ano de 2013, será reanalisada, tendo em conta a realidade económica do País. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que o ofício apresentado não é suficientemente claro quanto às pretensões, mas que agora entende o que é pretendido. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que, o que expôs, foi-lhe transmitido verbalmente na reunião que teve com o requerente e, continuou dizendo que lhe transmitiu que não seria fácil rever a renda inicial; o que lhe foi, objetivamente, colocado é que fosse possível a Câmara Municipal manter a renda atual, sem aumento para o ano de 2013. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que a renda não é atualizada desde 2006. -----

-----O Senhor Presidente solicitou que a Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral verifique as comunicações anteriores, que foram feitas com o titular do contrato, porque houve uma cessão da posição contratual e que veja se foi comunicada a cessão de posição contratual e depois, ir-se-á ver o que é que aconteceu durante estes últimos seis anos, com a renda deste estabelecimento. -----

-----Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que durante o ano de 2013, se mantenha o valor da renda de 2012, sem qualquer aumento e, depois, no final do ano de 2013, será reanalisada, tendo em conta a realidade económica do País. -----

**Aprovação das alterações à Norma de Controlo Interno. -----**

-----Foi presente a informação nº 1/DAG/2013, datada de 03 de janeiro de 2013, referente às alterações à Norma de Controlo Interno (NCI). -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente esclareceu que tem a ver com a notificação recebida, após a inspeção que visitou a Câmara Municipal, sobre a necessidade de efetuar as alterações que têm por objetivo, a adequação da Norma de Controlo Interno à estrutura orgânica, aprovada pela Assembleia Municipal, que já tinha sido definida. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, quando viu o assunto, pensou que era uma adequação por via e por força da legislação que é invocada e, também, por causa da nova Lei dos Compromissos, porque vem alterar, por completo, um conjunto de procedimentos e de reconhecimentos, como seja, a necessidade de fazer compromissos e que na Norma de Controlo á parte omissa. Continuou dizendo que a própria lei alterou, por completo, tudo o que é dinâmica funcional ao nível da contabilidade e designadamente, das requisições, dos despachos, o número de compromisso sequencial e tantas outras incidências, como o fundo de maneiio, cujo compromisso por exemplo deve ser pelo seu valor total. Surgiram, depois, além da lei, as Normas de Procedimento da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso (a Lei 8/2012 e o Decreto Lei 127/2012), que alteraram os procedimentos e, não vê refletido no documento, nem a Lei 8/2012, nem o Decreto Lei 127/2012. Não estando contempladas estas grandes alterações, parece-lhe que houve alguma incúria, pois as alterações efetuadas são ligeiras, só resultantes da mudança da nomenclatura dos serviços. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que a cabimentação continua a existir. Ela não termina, a nível orçamental, com a aprovação da Lei dos Compromissos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que há um conjunto de procedimentos internos, que a lei pressupõe e implica, que não estão refletidos e, acha que vale a pena integrá-los, uma vez que se está a alterar o documento. -----

----- O Senhor Presidente informou que a Câmara tem de responder, atempadamente, ao organismo que tutela as Câmaras, a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL). A regulamentação relativa à Lei 8/2012 saiu já tardiamente, no último trimestre do ano, como tal, será necessário ajustar a NCI também a essa legislação. Contudo, agora a Câmara tem de, obrigatoriamente e rapidamente, dar cumprimento à notificação da DGAL. -----

De seguida, propôs que se aprovasse as alterações à NCI e que, se analise junto da DGAL, a necessidade de se fazer outro tipo de alteração ou de ajustamento à legislação. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que as normas de aplicação da Lei dos Compromissos saíram em julho de 2012 e, no documento, a única coisa que se altera, são as nomenclaturas. -----

Continuou dizendo que se refere no documento, que se trata de uma "revisão de fundo" todavia, discorda porque, revisão de fundo, será quando a Lei for integrada na Norma de Controlo Interno. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 17 -

-----O Senhor Presidente referiu que não estaria tão certo quanto o Senhor Vereador, em relação à necessidade de adaptação da NCI, à Lei dos Compromissos, até porque tem havido um contacto muito estreito entre a DGAL e as câmaras municipais, no sentido de as instruir da forma de procedimento, para acompanhamento da legislação. É uma lei extremamente difícil de cumprir pela administração autárquica, porque foi adaptada da administração pública, sem que fossem tidas em conta as particularidades da administração local. Porém, todas as câmaras municipais estão a desenvolver esforços no sentido da sua aplicação integral.-----

De seguida, reiterou a sua proposta, que a Câmara cumpra junto da DGAL, esta obrigatoriedade, junto da Inspeção Geral de Finanças e, que a Câmara se debruce sobre o cumprimento, integral, da Lei dos Compromissos, até através desta NCI, se for caso disso.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, no artigo 18º, da NCI, se não se incluir a Lei 8/2012 e o Decreto Lei 127/2012, entende que não está completa e vota contra. De seguida, leu a alínea k), do artigo 18º, com a proposta de alteração "...Devolução à Tesouraria **de um exemplar do original** do diário de tesouraria, resumo e folha de caixa..." e, solicitou esclarecimentos.-----

-----A Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral, após lhe ter sido dada a palavra, pelo Senhor Presidente, esclareceu que, o que diz respeito à parte da tesouraria e contabilidade, foi visto pelos respetivos serviços e, foram eles que introduziram as respetivas alterações e foi, inclusivamente, visto pela Revisora Oficial de Contas.-----

-----O Senhor Presidente pediu para que a Senhora Chefe da DAG solicite os esclarecimentos ao Senhor Coordenador da contabilidade, a fim de que possa prestá-las.-----

De seguida, propôs que se aprove a NCI e, de acordo com as instruções que a Câmara Municipal está a receber da DGAL, se averigue a questão da necessidade de adaptação da NCI à última legislação publicada, nomeadamente a Lei dos Compromissos. Isso não evita que a Câmara venha, depois, a efetuar uma alteração mais profunda.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia solicitou que, o preâmbulo da NCI, na segunda linha, se corrija e se passe a escrever "...aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e alterado pelos Decreto-Lei 162/99, de 14 de setembro, Decreto-Lei 315/00, de 2 de dezembro, Decreto-Lei 84-A/2002, de 5 de abril e Lei 60-A/2005, de 30 de dezembro..."-----

Prosseguiu dizendo que vota contra porque, ao não integrar os dois documentos essenciais de controlo de despesa e da receita, é o que suportaria esta Norma de Controlo Interno, não tendo incluído a Lei 8/2012 e o Decreto Lei 127/2012, não pode aprovar e, propôs que, à inspeção seja dito que, em função da Lei 8/2012 e o Decreto Lei 127/2012, se estão a fazer as adaptações necessárias e se necessita de mais tempo.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso perguntou sobre se o orçamento foi elaborado de acordo com a NCI. Contudo, na sua opinião, não foi e, se a Câmara Municipal só tem uma NCI, para dizer à DGAL que tem, é-lhe indiferente se existe, ou não. Porque é que a Câmara tem uma NCI, que não respeita? A ser assim, prescinde dela. -----

----- O Senhor Presidente referiu que a NCI existe e, já existia no anterior Executivo e, certamente, também aconteceram alterações à mesma. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso prosseguiu dizendo que vota contra. Diz-se, na NCI que "...as importâncias relativas às transferências correntes e de capital, só podem ser consideradas no orçamento, desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição, ou aprovação pelas entidades competentes...". Contudo, sabe claramente, que o orçamento aprovado não foi elaborado de acordo com a alínea b), do artigo 9º da NCI. -----

----- O Senhor Presidente entende que a Câmara deve apresentar esta alteração o mais rapidamente possível e, deve debruçar-se sobre a aplicabilidade da lei, mesmo através da adaptação da NCI, de acordo com as instruções e em permanente contacto com a DGAL, a fim de também adquirir conhecimentos suficientes, para elaborar um documento, se for caso disso. -

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso, aprovar as alterações à Norma de Controlo Interno e que a Câmara se debruce sobre a aplicabilidade da lei, mesmo através da adaptação da NCI, de acordo com as instruções e em permanente contacto com a DGAL, a fim de também adquirir conhecimentos suficientes, para elaborar um documento, se for caso disso. -----

### **Conhecimento dos atos praticados por delegação de competências.** -----

----- Foi presente a relação número um, barra dois mil e treze dos atos praticados por delegação do Senhor Presidente. -----

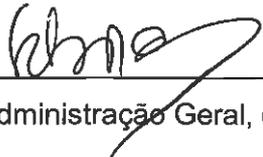
### **Finanças Municipais.** -----

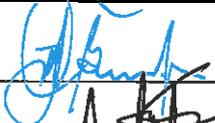
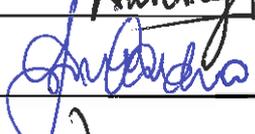
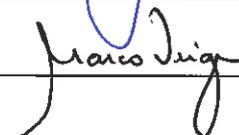
Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e um euros e quatro cêntimos (€ 245.421,04). -----

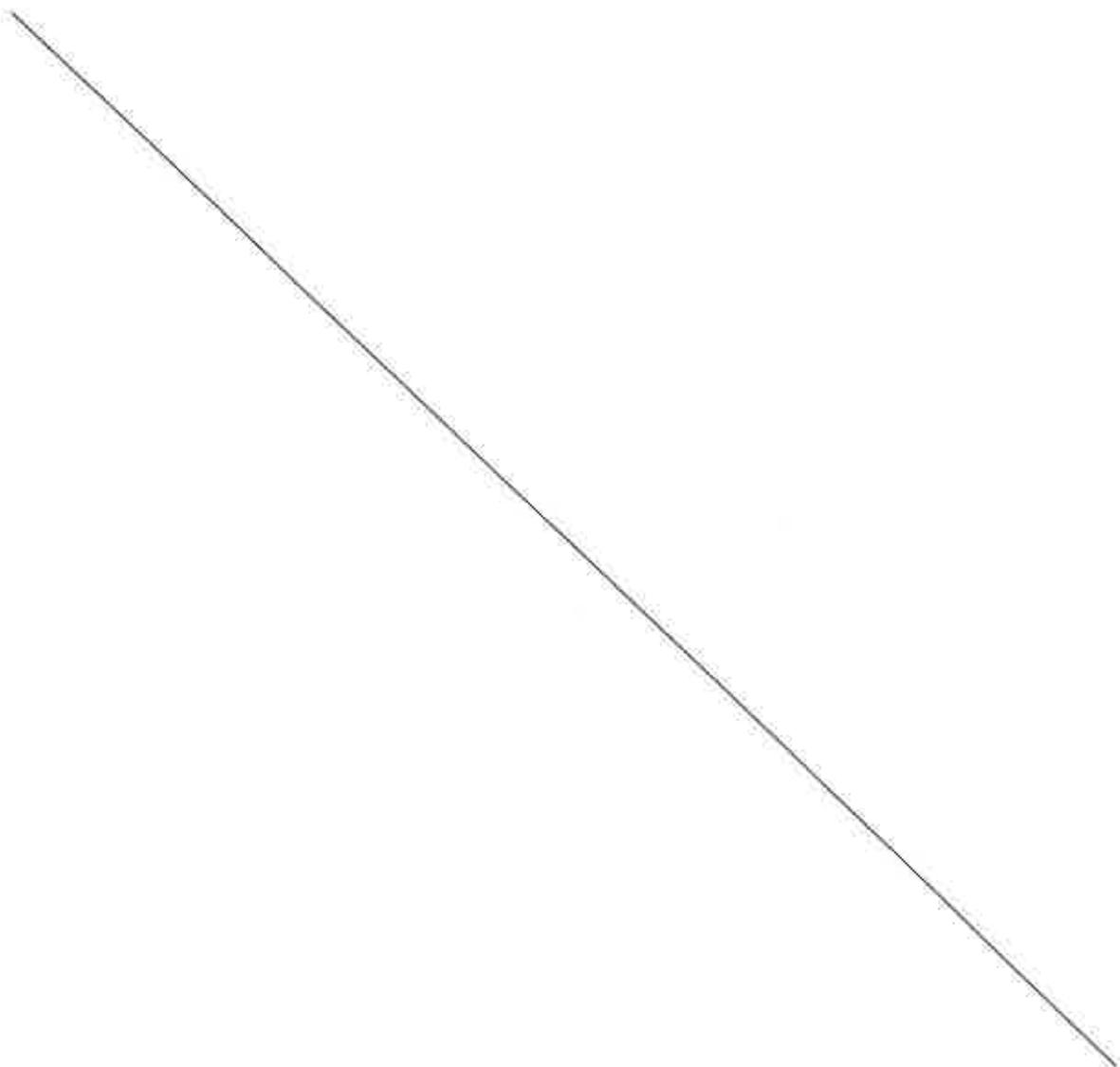
----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião, expressando votos de continuação de Boas Festas e um Ano Novo pleno de venturas a todo o Executivo, funcionários da Câmara Municipal, bem como à população de Manteigas em geral, no que foi acompanhado pelos restantes elementos do Executivo. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim



### CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

  
\_\_\_\_\_ Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de  
Administração Geral, que a redigi. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  






## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

